



RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

Índice

Índice.....	2
1 - Introdução	3
2 - Análise Orçamental.....	7
2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas	7
2.2 - Execuções orçamentais.....	9
3 - Despesas com o pessoal	11
4 – Balanço e Demonstração de Resultados	12
4.1 - Balanço.....	12
4.2 – Demonstração de resultados	14
5 – Situação Financeira.....	20
5.1 – Análise de Rácios	21
5.2 – Endividamento	23
5.3 – Lei dos compromissos	25
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	27
7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	28

1 - Introdução

Foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2019, tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas nos termos do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI). Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

O Município de Celorico da Beira aderiu ao mecanismo do saneamento financeiro nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, tendo sido aprovado a 14-09-2017 pela Assembleia Municipal, um plano de saneamento financeiro que previa a contratualização de três empréstimos para liquidação de dívida em atraso. Esses mesmos empréstimos foram visados pelo Tribunal de Contas a 07-06-2018, tendo sido utilizado o valor global de 11.530.422,20€, cujos valores das dívidas correspondentes foram pagos na sua

quase totalidade em 2018. A adesão a este mecanismo implica que o Município tenha que cumprir com os pressupostos previstos no Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente no que diz respeito às execuções orçamentais e endividamento, e cujo acompanhamento deverá ser efetuado pela Assembleia Municipal através da apreciação de um relatório semestral, conforme o disposto no nº 6 do art. 59º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, que também deverá ser remetido à DGAL. O nº 7 do art. 58º da mesma lei, refere que deve ser anexado ao balanço da prestação de contas uma demonstração de cumprimento do plano, que na nossa opinião poderá ser o mesmo documento mencionado no nº 6 do art. 59º citado anteriormente. No entanto, tendo em consideração que os empréstimos foram utilizados apenas nos meses de julho e agosto de 2018 e que as dívidas foram pagas ao longo dos restantes meses do ano, não nos é possível de momento estabelecer um comparativo rigoroso com os mapas anuais constantes do plano de saneamento financeiro, já que o mesmo apenas esteve em vigor a partir do segundo semestre de 2018. Assim, e nos termos do recomendado no relatório de execução do saneamento financeiro do primeiro semestre de 2019, existe a necessidade de reformulação do respetivo plano, que deverá ser realizado no decorrer de 2020.

O ano de 2019 foi marcado pela grande redução do endividamento do Município, por força da amortização dos empréstimos de saneamento financeiro. Só em 2019 o capital amortizado de empréstimos foi de 1.656.793,19€, o que equivale a cerca de 30% do excesso de endividamento verificado no início do ano, sendo que estes valores serão analisados detalhadamente mais à frente neste relatório.

Apesar do foco na redução do endividamento, em 2019 o Município deu seguimento a projetos iniciados em anos anteriores, bem como deu início a novos. Tal como o destacado no orçamento para 2019, uma das prioridades é a aposta na educação, nomeadamente na requalificação do parque escolar do concelho, sendo estes projetos os foram alocados mais recursos, aposta essa que continuará em 2020. Também se iniciaram em 2019 projetos no âmbito da requalificação de infraestruturas já existentes e modernização dos serviços municipais. Dos vários projetos em execução em 2019 destacaram-se os seguintes:

	Contratualizado	Pago 2019
Reconstrução e ampliação da Escola EB1 de Santa Luzia	322 705,72	305 155,76
Edifício para apoio ao Parque de Estacionamento e Centro Histórico	65 654,27	46 844,22
Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Rapa	73 028,06	49 788,81
Alteração do Edifício da Escola EB1 de São Pedro	155 989,60	36 748,95
Infraestruturas e Pavimentação no Loteamento Quinta dos Cedros	99 481,00	67 151,83
Acessibilidades de Linhares da Beira - Turismo Acessível - AHP	66 368,72	-
Programa Modernização Administrativa Beiras e Serra da Estrela	272 358,32	90 877,32
	1 055 585,69	596 566,89

Estes projetos foram na sua quase totalidade alvo de financiamento comunitário, sendo que o atraso na aprovação dos financiamentos do projeto da escola EB1 de St^a Luzia, impediu uma maior execução financeira dos restantes projetos, sendo que as respetivas verbas apenas foram recebidas em 2020.

Também foram realizadas ao longo do ano diversas atividades que visaram a promoção cultural, turística e gastronómica do concelho de Celorico da Beira, de onde se destacaram eventos como a Feira Queijo, os festivais do Requeijão, do Borrego e da Castanha, a “Cultura em Rede” promovida pela “Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela”, as animações

promovidas pela “Associação Aldeias Históricas de Portugal” em Linhares da Beira, e as festividades natalícias Celorico.

Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram 2019, bem como serão apresentados valores anuais para comparação com anos anteriores. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual.

2 - Análise Orçamental

Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas nos mapas de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais, tanto para o período em análise como para o total do ano de 2019:

2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Brutas Correntes	8 160 955	8 406 689	8 303 507	8 351 211	8 643 330
Despesas Correntes	7 009 864	7 250 697	6 708 610	11 778 752	6 935 690
Outras receitas	6 240	4 042	947	307	1 017
	1 144 852	1 151 950	1 593 950	-3 427 848	1 706 623

	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Brutas de Capital	867 705	734 975	734 160	12 244 507	1 233 504
Despesas de Capital	1 997 723	1 953 180	2 230 110	8 920 388	2 775 499
	-1 130 019	-1 218 205	-1 495 950	3 324 119	-1 541 995

De acordo com o art. 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a regra de equilíbrio orçamental prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Esta nova regra altera o pressuposto do POCAL anteriormente em vigor, em que bastava apenas que as receitas correntes fossem iguais ou superiores às despesas correntes. Tendo em conta a nova regra de equilíbrio orçamental, considerando que as amortizações médias em 2019 foram, de acordo com os nossos cálculos de 1.643.777€, calculadas de acordo com a Lei e com a nota

explicativa do SATAPOCAL sobre esta matéria e prevista no plano de saneamento financeiro, temos os seguintes valores:

	2019
Receitas Correntes	8 643 330
Despesas Correntes	6 935 690
Amortizações médias	1 643 777
	63 863

De acordo com os valores atrás apresentados, o Município em 2019 cumpriu com o princípio de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI.

No que diz respeito aos pagamentos especificamente, temos os seguintes valores para 2019:

	2018	2019	2019-2018
Pagamentos	20 699 140,29	9 711 188,90	- 10 987 951,39

Em 2018 o valor dos pagamentos foi elevado por força do pagamento das dívidas com os empréstimos de saneamento financeiro.

Relativamente às receitas dos impostos temos os seguintes valores cobrados conforme mapa de execução orçamental:

	2017	2018	2019	2019-2018
IMI	925 972	566 620	721 437	154 817
IUC	147 716	142 567	159 528	16 961
IMT	75 271	134 234	143 567	9 333
Derrama	110 596	97 824	115 383	17 559
Taxas	97 422	85 442	84 671	-771
	1 356 977	1 026 687	1 224 586	197 899

O aumento das receitas de impostos face ao ano anterior prendem-se com o facto de que em 2018 ocorreram restituições de IMI no âmbito dos processos

judiciais interpostos à Autoridade Tributária, por parte das empresas que exploram os parques eólicos no conselho e cujo resultado desfavorável obrigou a que o Município nesse ano tivesse que devolver valores cobrados em anos anteriores.

Relativamente às receitas provenientes dos fundos estatais, temos os valores recebidos no quadro seguinte conforme certidão da receita da DGAL:

	FEF			FSM	IRS	n.º3 art.º 35 RFALEI	Total
	Corrente	Capital	Total FEF				
2018	4 947 084	549 676	5 496 760	153 723	148.181		5 798 664
2019	4 880 831	542 315	5 423 146	153 723	119.450	408 929	6 105 248

A redução do IRS face ao ano anterior prende-se com o facto de em 2017 a Assembleia Municipal ter deliberado uma redução de 5% para 4% do montante a receber pelo Município relativamente ao IRS cobrado à famílias. Em 2019 o Município recebeu pela primeira vez 408.929€ de fundos estatais, relativos ao mecanismo de solidariedade previsto no RFALEI. De um modo geral o Município foi beneficiado em cerca de 306.584€ face a 2018 no que diz respeito aos fundos provenientes do estado.

2.2 - Execuções orçamentais

	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Correntes	98,96%	43,18%	94,89%	87,35%	88,93%
Receitas de Capital	3,83%	71,50%	4,74%	91,59%	75,98%
Total Geral	29,24%	44,62%	37,18%	89,84%	87,06%

	2015	2016	2017	2018	2019
Despesas Correntes	43,24%	56,07%	53,20%	93,37%	89,35%
Despesa de Capital	13,48%	25,24%	19,03%	86,66%	76,22%
Total Geral	29,03%	44,52%	36,74%	90,35%	85,16%

	2015	2016	2017	2018	2019
Execução do PPI	60,41%	63,04%	61,34%	77,24%	62,00%

As execuções orçamentais tanto na receita como na despesa estão acima dos 85%, tendo assim o Município acautelado o previsto no n.º 3 do art.º 56.º do RFALEI. Em relação ao PPI a execução está em linha do verificado em anos anteriores, à exceção do ano de 2018 que foi ano de pagamento de dívidas em atraso com o saneamento financeiro. A execução de 62% do PPI corresponde um investimento em 2019 de cerca de um milhão de euros, execução essa que poderia ter sido superior caso tivessem sido aprovadas atempadamente as candidaturas efetuadas no âmbito da requalificação das escolas.

3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, as execuções dos mapas orçamentais mostram os seguintes valores pagos:

	2018	2019	2019-2018
Despesas com pessoal	3 704 420,73	3 904 220,43	199 799,70

Verifica-se um aumento de despesas com pessoal face ao ano anterior, sendo que o mesmo se deve essencialmente a fatores tais como, mobilidades, aumento do salário mínimo e o descongelamento das progressões nas carreiras cujo processo já se tinha iniciado em 2018

É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu trimestralmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.

4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

4.1 - Balanço

- Classe 4 – Imobilizado

	2016	2017	2018	2019	2018-2017
Imob. Domínio Publico	24 569 073	24 200 005	23 801 342	23 234 688	-398.663
Imob. Corpóreo	19 370 357	22 074 224	22 095 090	21 610 656	20.866
	43 939 430	46 274 229	45 896 433	44 845 343	-377.796

Da análise desta classe do balanço verifica-se um decréscimo no património da Autarquia comparativamente ao ano anterior, situação essa devida à depreciação anual dos bens calculada de acordo com as normas contabilísticas em vigor. Também detetado imobilizado relativo a um loteamento que apresentava valores errados, tendo sido efetuadas as devidas retificações, conforme o explicado no ponto 8.2.28 do anexo às demonstrações financeiras.

- Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos de 2019 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em períodos posteriores, como por exemplo os impostos municipais.

- Classe 5 - Capital Próprio

O Capital Próprio foi movimentado pela aplicação do resultado líquido do ano anterior na conta de resultados transitados, pelo reforço de reservas legais e por acertos de grande valor ao imobilizado que deveriam ter sido efetuados em anos anteriores.

- Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:

	2016	2017	2018	2019	2019-2018
Dívidas a 3ºs de CP	13 010 227	13 572 215	3 908 213	3 201 256	-706 956
Dívidas a 3ºs de MLP	5 673 325	4 376 954	12 564 344	11 239 870	-1 324 475
	18 683 552	17 949 169	16 472 557	14 441 126	-2 031 431

Da análise às dívidas a terceiros podemos verificar uma redução de cerca de dois milhões de euros, sendo a sua maior parte relativa à amortização de

empréstimos, incluindo os de saneamento financeiro, estando esta redução em linha com o previsto no plano de saneamento financeiro.

- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2019 e que apenas serão pagos posteriormente, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal.

- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.

4.2 – Demonstração de resultados

A demonstração de resultados mostra valores anuais, mas dada a natureza do mesmo, é possível distinguir os valores da gerência em análise dos da gerência anterior, conforme o quadro seguinte:

Designação	Conta POCAL	2018	2019	2019-2018
Mercadorias	612	343 216,98	355 954,13	12 737,15
Matérias	616	43 878,78	38 123,83	-5 754,95
Fornecimentos e serviços externos	62	2 164 290,49	1 952 698,29	-211 592,20
Remunerações	641+642	2 876 616,83	3 021 000,20	144 383,37
Encargos sociais	643 a 648	769 633,94	840 101,40	70 467,46
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	63	188 717,18	179 622,60	-9 094,58
Amortizações do exercício	66	1 415 403,86	1 411 060,90	-4 342,96
Provisões do exercício	67	810 850,99	17 999,86	-792 851,13
Outros custos e perdas operacionais	65	51 562,32	48 675,09	-2 887,23
Custos e perdas financeiras	68	526 175,14	337 448,90	-188 726,24
Custos e perdas extraordinárias	69	253 854,28	86 550,29	-167 303,99
Total Custos e Perdas	-	9 444 200,79	8 289 235,49	-1 154 965,30
Vendas de mercadorias	7111	188 435,49	221 462,71	33 027,22
Vendas de produtos	7112+7113	73 339,27	68 046,10	-5 293,17
Prestações de serviços	712	673 331,16	757 451,96	84 120,80
Impostos e taxas	72	1 048 419,26	1 202 579,45	154 160,19
Trabalhos para a própria entidade	75	4 104,95	1 279,52	-2 825,43
Proveitos suplementares	73	373 438,74	343 746,43	-29 692,31
Transferências e subsídios obtidos	74	6 280 887,68	6 718 005,46	437 117,78
Outros proveitos e ganhos operacionais	76	0,00	0,00	0,00
Proveitos e ganhos financeiros	78	4 190,46	1 943,91	-2 246,55
Proveitos e ganhos extraordinários	79	2 857 249,75	689 558,46	-2 167 691,29
Total Proveitos e Ganhos	-	11 503 396,76	10 004 074,00	-1 499 322,76
Resultados operacionais	81	-22 214,82	1 447 335,33	1 469 550,15
Resultados Financeiros	82	-521 984,68	-335 504,99	186 479,69
Resultados correntes	83	-544 199,50	1 111 830,34	1 656 029,84
Resultados extraordinários	84	2 603 395,47	603 008,17	-2 000 387,30
Resultado líquido do exercício	88	2 059 195,97	1 714 838,51	-344 357,46

Da análise dos resultados do ano de 2019, podemos verificar uma redução face ao resultado líquido face a 2018, apesar de haver um grande aumento em termos operacionais e correntes. Analisando as contas de custos e proveitos mais relevantes temos o seguinte:

- Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos

Face a 2018 houve uma redução destes custos, muito por força da diminuição dos encargos em iluminação pública, rendas suportadas com habitação social e conservação de edifícios.

- Conta 64 – Custos com o pessoal

O aumento dos custos com pessoal já foi analisado no ponto 3 deste relatório, sendo que as diferenças entre os montantes orçamentais e os valores agora apresentados na demonstração de resultados prendem-se essencialmente com a aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

- Conta 67 – Provisões do exercício

Em 2018 foi provisionado no início do ano cerca de 750.000€ tendo em conta os juros moratórios potenciais resultantes do processo judicial com a “MRG – Engineering & Solutions S.A.” no âmbito da habitação social do bairro de Santa Luzia. No entanto com o saneamento financeiro foram liquidadas as dívidas em contencioso e foi acordada a anulação dos juros, pelo que no final do ano esta provisão foi anulada através da conta 79.

- Conta 68 – Custos e perdas financeiros

Estão aqui refletidos essencialmente custos com juros à banca e juros moratórios, sendo que em 2018 houve um grande valor de encargos com juros moratórios, situação que já não ocorreu em 2019.

- Conta 69 – Custos e perdas extraordinárias

Em 2018 foram efetuadas diversas correções relativas a anos anteriores, nomeadamente no que diz respeito ao IMI.

- Conta 712 – Prestações de serviços

Em 2019 houve um aumento com as receitas relativas à prestação de serviços de saneamento, RSU's e fornecimento de água.

- Conta 72 – Impostos e taxas

Em 2019 não houve as restituições de IMI que ocorreram em 2018, daí o aumento da receita de impostos face ao ano anterior.

- Conta 74 – Transferências e subsídios obtidos

Nessa conta estão refletidas essencialmente as transferências estatais ao nível do FEF que sofreram um grande aumento face ao ano anterior, tal como já foi mencionado no ponto 2.1 relatório.

- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, redução de provisões, bem como a especialização e acertos das receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios. Em 2018 houve grandes reduções de provisões dado se ter chegado a acordo com alguns credores no âmbito do saneamento financeiro, nomeadamente com a “Caixa Geral de Depósitos” e a “MRG – Engineering & Solutions S.A.”, situação que resultou no grande valor verificado nesta conta nesse ano.

- Classe 8 – Resultados

Os resultados verificados em 2019 quando comparados com 2018, refletem essencialmente a redução dos proveitos extraordinários mencionados anteriormente. Os resultados operacionais apresentam valores semelhantes aos anos anteriores a 2018, que refletem uma actividade mas normalizada do

Município em 2019. Deve-se salientar no entanto que 2018 foi um ano atípico dado se ter contraído os empréstimos de saneamento financeiro bem como houve diversas situações que afetaram os resultados operacionais desse ano, conforme o relatado nas respetivas contas de gerência.

5 – Situação Financeira

A redução do endividamento do Município que tem vindo a ser efetuada nos últimos anos, tem melhorado substancialmente a situação financeira do Município, apesar de ainda se encontrar em situação de excesso de endividamento. Com a aprovação do plano de saneamento financeiro e a respetiva obtenção dos empréstimos em 2018 o Município dispõe neste momento de todas as condições para sair do excesso de endividamento já em 2021, o que irá dar outra liberdade à gestão financeira do Município. A dívida tem reduzido, os indicadores financeiros têm melhorado e o prazo médio de pagamentos do Município reduziu substancialmente por força da eliminação da dívida que estava estagnada à vários anos.

Apesar do foco na redução do endividamento, é intenção deste executivo dar continuidade a projetos assumidos, nomeadamente no que diz respeito à requalificação das escolas, requalificação de equipamentos municipais tais como as piscinas, requalificação dos centros históricos, requalificação das infraestruturas de água e saneamento, modernização administrativa dos serviços e continuação da promoção gastronómica e cultural do concelho. Toda a atividade do Município deverá ser realizada tendo em conta todos os preceitos legalmente definidos, bem como tendo em consideração as limitações presentes no plano de saneamento financeiro. Existe ainda a necessidade de reformulação desse mesmo plano de modo a ajustá-lo à realidade atual, bem como é intenção do executivo reestruturar os empréstimos de saneamento de modo a obter juros mais favoráveis, melhorando assim a tesouraria do Município.

5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

	2015	2016	2017	2018	2019
1 Solvabilidade (FP/P)	42%	44%	51%	59%	72%
2 Autonomia Financeira (FP/A)	29%	29%	33%	36%	40%
3 Liquidez Geral (A circ/P circ)	14,59%	17,16%	16,59%	52,25%	64,79%

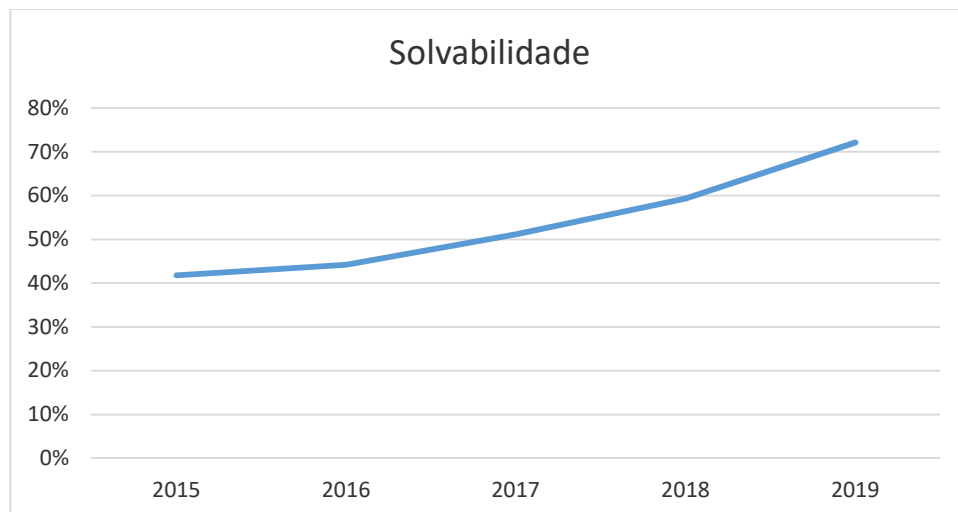
1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

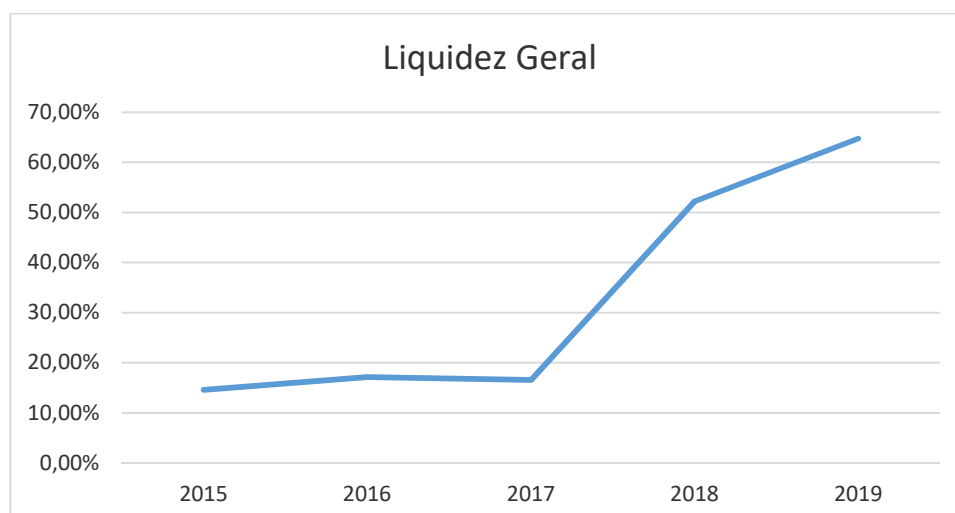
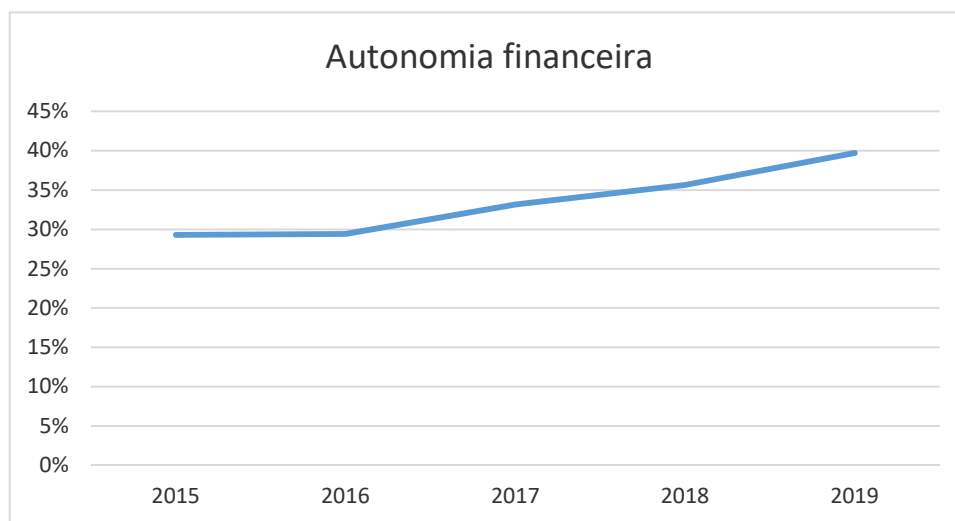
2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;

	2015	2016	2017	2018	2019
Prazo médio de pagamentos (dias)	1.336	1.079	455	637	124

Gráficos:





Os valores de 2019 dos rácios, à semelhança do que se tinha verificado no ano anterior, apresentam uma grande melhoria devido às valorizações patrimoniais no capital próprio da autarquia, bem como devido à diminuição anual do passivo. É de salientar a melhoria substancial após a obtenção dos empréstimos de saneamento financeiro em 2018.

No que diz respeito ao prazo médio de pagamentos, e apesar de ser um indicador bastante volátil que varia consoante a dívida e as aquisições efetuadas num determinado trimestre, é evidente o impacto do saneamento financeiro no mesmo. O objetivo é baixar este indicador para baixo dos 90 dias, no entanto enquanto existirem algumas dívidas em atraso, mesmo com acordos de pagamento como é o caso da ADSE e da “Águas do Vale do Tejo”, este indicador não deverá divergir muito deste valor, apesar de o Município realizar pagamentos em menos de 90 dias, sendo que aos fornecedores do concelho os pagamentos são feitos a 30 dias.

5.2 – Endividamento

De acordo com o estipulado no RFALEI e tendo em consideração os limites para 2019 apurados pela DGAL, temos os seguintes valores não definitivos de endividamento, excesso de endividamento e redução desse mesmo excesso, à data de 31-12-2019:

	31/12/2019
Limite Endividamento 2019	12 398 992,00
Dívida 01-01-2019	16 492 902,00
Excesso a 01-01-2019	4 093 910,00
Dívida Total à data	14 441 126,22
SEL e entidades participadas	-
End. ã orçamental	198 055,93
FAM	16 150,00
Dívida final	14 226 920,29
Excesso a 31-12-2019	1 827 928,29
10% a reduzir em 2019	409 391,00
Redução do excesso a 31-12-2019	2 265 981,71
Variação do excesso em 2019	-55,35%

De acordo com os cálculos internamente efetuados, à data da elaboração deste relatório, a 31-12-2019 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 55,35% face aos limites previstos, ultrapassando a redução de 10% do excesso a que estava obrigado pelo RFALEI. Os dados oficiais da DGAL relativamente a 2019 só estarão disponíveis após o envio dos dados definitivos das contas após 30 de junho de 2019, sendo os valores atrás apresentados são ainda provisórios, dado ainda faltar apurar a contribuição de outras entidades para o endividamento do Município.

A evolução das dívidas a terceiros e a instituições de crédito nos últimos anos foi a seguinte:

	2017	2018	2019
Dívidas a Terceiros	17 949 169	16 472 557	14 441 126

	2017	2018	2019
Dívida a instituições de Crédito	10 492 004	14 208 275	12 551 482

Estes valores refletem a grande redução das dívidas nos últimos anos em termos globais, devendo-se salientar o efeito da obtenção dos empréstimos de saneamento em 2018.

Ao nível das dívidas de terceiros no último triénio temos os seguintes valores:

	2017	2018	2019
Dívidas de Terceiros	244 842	247 862	303 321

Em termos de dívidas de terceiros os valores são relativamente estáveis, e refletem dívidas relativamente a águas e saneamento, transportes e dívidas relativas a vendas do Solar do Queijo.

5.3 – Lei dos compromissos

No que diz respeito ao cumprimento da Lei dos Compromissos, à semelhança dos anos anteriores o Município tem pugnado pelo cumprimento com os pagamentos em 90 dias, tendo sido implementado procedimentos para que todas as despesas tenham compromisso prévio, bem como têm contabilizados os compromissos plurianuais, sendo os mesmos comunicados à Assembleia Municipal nos termos da lei, e tem controlado os fundos disponíveis visto que ainda tem pagamentos em atraso. Os pagamentos em atraso eram no final de 2019 cerca de 560.000€, que contrastam com os 4.965.851,23€ verificados em setembro de 2018, tendo o município cumprido com a redução

imposta para estas dívidas. Nestes pagamentos em atraso estão incluídas dívidas antigas que não puderam ser pagas pelo saneamento financeiro, dado não se poder verificar a existência dos respetivos fornecedores, estando o Município a averiguar a possibilidade de regularizar unilateralmente essas mesmas dívidas. A dívida à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.” que não foi incluída no saneamento financeiro, foi alvo de um acordo de regularização de dívida, situação que possibilitou o diferimento da dívida para os anos seguintes e permitirá excluir essa mesma dívida dos pagamentos em atraso. Também se encontra em vigor um plano de pagamentos com a ADSE para liquidação de dívidas antigas, que não relevam para os pagamentos em atraso por força do acordo estabelecido.

6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2019 foi positivo no valor de 1.714.836,51€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3.3 do POCAL, em 2019 este valor deverá ser afeto a reforço do património e a constituição ou reforço de reservas, conforme os pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 do mesmo diploma. Assim em 2020 deverão ser aplicados 85.741,93€ em reservas, que correspondem a 5% do resultado de 2019, devendo os restantes 1.629.096,58€ ser afetos ao património.

7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram até à data da elaboração deste relatório, situações relevantes relativas com impacto na prestação de contas de 2019.

Deve-se salientar no entanto a introdução em 2020 do novo sistema contabilístico “SNC-AP” que substituiu o POCAL e que irá alterar vários critérios contabilísticos com impacto nas contas do Município, bem como irá alterar o modo de leitura de diversas demonstrações financeiras, bem como da própria prestação de contas.

No que se refere aos acontecimentos relevantes entre a data do balanço e a data do relatório de gestão, importa identificar a pandemia do COVID-19, com as consequentes alterações que a mesma veio trazer em termos de gestão municipal, e consequentemente da gestão financeira.

Aliás, a apresentação de resultados, este ano será efetuada em junho, e não em abril como é normal, tendo em conta a publicação da Lei 1-A/2020, publicada no Diário da República n.º 56/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-19, que veio dar a possibilidade à autarquia de poder apresentar e aprovar as mesmas em data posterior ao normal.

De referir ainda, que no exercício do ano de 2020, irá refletir de forma significativa os impactos económicos que a pandemia está já a trazer para o município, tendo em conta os apoios extraordinários não previstos resultantes da necessidade de proceder ao combate à pandemia e ao apoio social à população, mas também ao setor produtivo, não se conseguindo ainda estimar,

nesta data, a real dimensão do mesmo no tempo

O presente relatório encerra o ciclo orçamental referente ao ano de 2019, sendo que é possível verificar pelo descrito, o cumprimento de todas as regras legais aplicáveis pela autarquia em termos de gestão financeira, sendo de realçar o fecho de contas com um resultado líquido positivo, o que demonstra a boa gestão dos recursos da autarquia, sem esquecer o investimento no território e nas pessoas.

O Presidente da Câmara

Carlos Manuel Fonseca Ascensão (Dr.)